



INFORME ANUAL 2002

BRASIL



38 ANOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA NO BRASIL

INFORME ANUAL NACIONAL

I - RESUMO EXECUTIVO DO INFORME ANUAL DO IICA NO BRASIL - 2002

Para a definição de novos temas e demandas do novo governo que assume em 2003, a Representação do IICA no Brasil vem seguindo uma estratégia, previamente traçada, de contatos com autoridades já nomeadas e que terá continuidade em 2003 com o contato já agendado com ministros e secretários executivos e governadores estaduais e seus secretários nos estados.

Foi realizada reunião com o novo Ministro da Agricultura, Dr. Roberto Rodrigues, que já fora entrevistado pelo Representante do IICA por ocasião da elaboração da Agenda Nacional e sugeriu diversos temas para cooperação, dentre os quais as sugestões apresentadas pela ABAG e OCB (conforme páginas 10 e 11 da Agenda Nacional).

1. Introdução

A economia brasileira iniciou o ano 2002 com perspectiva de crescimento em torno de 4 %. O Departamento Econômico do BACEN recentemente reviu essa projeção para 1,4 %. Esse índice será garantido pela agricultura, que deverá expandir 4,3%, compensando o mau resultado do setor industrial, que ficará praticamente estagnado, crescendo tão somente 0,4 % durante o ano.

Durante o segundo trimestre, o cenário externo e interno afetou negativamente o desempenho da economia. Algumas variáveis cuja influência negativa tem sido mais significativa são: os efeitos da crise argentina sobre as exportações brasileiras (houve uma perda de US\$ 2,5 bilhões durante os primeiros 9 meses do ano, representada por uma queda da ordem de 64% nas vendas àquele país); a diminuição no ritmo de crescimento da economia norte-americana e européia; e, as incertezas do processo eleitoral brasileiro. Em decorrência, observa-se uma diminuição nos investimentos e na entrada de capital de risco no País, e pressão sobre o câmbio.

Outros fatores externos que prejudicaram no terceiro trimestre foram as ameaças de guerra com o Iraque, o que provoca mais nervosismo no mercado e aumento de preços do petróleo. Esse cenário trouxe mais um efeito colateral negativo: o mercado de títulos dos países chamados "emergentes" caíram ao nível mais baixo desde a crise do México, em 1995.

A desvalorização do real acabou pressionando os índices de inflação nesse último trimestre do ano. A cotação do dólar médio mensal está acima de R\$ 3,00 (tendo alcançado R\$ 3,34 no mês de setembro). Segundo o Coordenador do Grupo de Acompanhamento de Conjuntura do Instituto de Pesquisa Econômica

Aplicada (IPEA), Dr. Paulo Levy, "esse câmbio dificilmente vai cair abaixo dos R\$ 3,00 porque o financiamento externo está escasso e vai continuar assim por algum tempo". O modelo de previsões do IPEA indica uma cotação de R\$ 3,26 no fim do ano. A maioria dos analistas projeta uma taxa de câmbio na faixa de R\$ 3,00 no período de final de ano e início de 2003 — o que significa uma depreciação de quase 40% no ano.

Não obstante todas as dificuldades, alguns índices mostram que os fundamentos da economia brasileira são positivos. O endividamento externo está decrescendo gradualmente. O estoque da dívida externa total e privada diminuíram de US\$ 241,5 e US\$ 140,8 bilhões, respectivamente, para US\$ 226,1 e US\$ 132,9 no período 1999 e 2001. A estimativa é que esse estoque caia para US\$ 190 e US\$ 75 no final de 2002. O risco Brasil e o nível da taxa para a rolagem aumentaram acentuadamente a partir do segundo semestre a dificuldade para o refinanciamento das dívidas. Nota-se por outro lado que em função da redução das taxas de juros internacionais os pagamentos de juros em 2002 tem sido inferiores — em cerca de US\$ 1 bilhão — aos de 2001. A melhora da balança comercial, comentada a seguir, e da balança de serviços produziram uma redução significativa do déficit em conta corrente, que de US\$ 23,2 bilhões em 2001 deve cair para US\$ 12,7 bilhões este ano e algo abaixo de US\$ 10 bilhões em 2003. Todavia, continua fundamental o recurso à poupança externa para aumentar a taxa de investimento em relação ao PIB. Referida taxa vem se mantendo na faixa de 20 %, o que é insuficiente para garantir um ritmo de crescimento da ordem de 5 % a 7 % ao ano.

Outro aspecto importante no "front" externo é o resultado positivo na balança comercial, graças não só ao crescimento interno mais lento mas também à renovação no comércio externo e à substituição de importações. O saldo positivo total, que fora estimado no início do ano em US\$ 5 bilhões, irá ultrapassar as expectativas mais otimistas, devendo ser o dobro da previsão anual inicial. O saldo acumulado nos 12 meses, anteriores a outubro, é de US\$ 9,3 bilhões, contra déficit de US\$ 157 milhões, em igual período do ano anterior.

O desempenho da balança comercial agrícola tem sido fundamental para o País lograr esses resultados expressivos. No mês de setembro, 50,4 % das vendas externas foram originárias do agronegócio. O valor total das exportações do setor, no período outubro de 2001 a setembro 2002 alcançou um montante de US\$ 23,6 bilhões, gerando um saldo positivo de US\$ 19,1 bilhões. Os destaques neste ano têm sido as vendas de carnes (que em conjunto ultrapassaram pela primeira vez o teto de US\$ 3 bilhões), soja e pasta de madeira.

Contudo, o efeito negativo do encarecimento das importações está pressionando os preços internos da gasolina, gás de cozinha, pão e massas, fertilizantes, bens de capital, etc, todos itens importantes no cálculo da inflação. Assim, a meta inicial de inflação, para o ano 2002, prevista em 4%, já foi revista pelo BACEN para 6,7%. A meta para 2003 também foi revista para 4,5 %.

A solidez dos fundamentos macroeconômicos se expressa principalmente na manutenção de uma política fiscal ajustada à necessidade de impedir um crescimento explosivo da dívida pública. O governo vem cumprindo há 4 anos as metas de superávit primário definidas no acordo com o FMI, produzindo resultado da ordem de 4% do PIB em 2002 inclusive nos estados e municípios, onde os desequilíbrios fiscais sempre foram mais acentuados. O crescimento da dívida pública, que se aproxima de 60% do PIB, tem refletido principalmente o impacto das variações cambiais, e tende a reduzir-se com a apreciação esperada da taxa de câmbio em termos reais.

Em síntese, o cenário macro-econômico do último trimestre de 2002 não é negativo como se chegou a temer em meados do ano, embora ainda presente algumas incertezas que atrapalham os investimentos, com pequena elevação na inflação e diminuição no crescimento do PIB. A expectativa geral é de que após as eleições haverá uma re-acomodação, arrefecimento na especulação financeira e até um aumento no ritmo de crescimento econômico.

O agronegócio brasileiro fechou o semestre com desempenho positivo. Os resultados, nos seis primeiros meses do ano, mostram um crescimento de 2,73% no PIB do agronegócio brasileiro global da agropecuária, e um crescimento de 0,60% no mês de junho. Esse desempenho quando segmentado pelos seus dois grandes complexos (agricultura e pecuária) aponta um PIB nitidamente superior para o agronegócio global da agricultura, de 3,55% no semestre e de 0,90% em junho, contrastando com o PIB do agronegócio global da pecuária, queda de 0,07% em junho e crescimento acumulado de 0,89% no ano. Esse crescimento positivo está sendo impulsionado basicamente pelo PIB primário da agricultura que teve crescimento de 1,42% em junho e recorde de 8,18% no acumulado do primeiro semestre deste ano. Em igual período de 2001 o resultado da agricultura foi de retração de 0,59%, e em 2000, queda de 1,66%. Com essa performance, o PIB da agricultura vai para R\$ 59,01 bilhões em 2002.

As consecutivas expansões da safra agrícola e das exportações juntamente com o aumento da produtividade e a recuperação dos preços, levaram o campo a esse desempenho. Desde 1996 a produção brasileira de grãos acusa crescimentos contínuos, sem ampliação da área cultivada. A desvalorização do real frente ao dólar e a recuperação dos preços internacionais de algumas commodities têm auxiliado o produtor brasileiro nessa conquista.

A boa produção agropecuária e a recuperação de preços são a causa do bom desempenho, principalmente do sub-setor da agricultura. A produção brasileira recorde de soja de 41,1 milhões de toneladas aliado à recuperação de preços no mercado internacional é o principal produto agrícola em termo de geração de

renda. A boa comercialização da soja criou condições excepcionais para que haja novo aumento da área plantada dessa oleaginosa em detrimento do milho, na próxima temporada. A expectativa de plantio para a próxima safra é de que a soja também tire área plantada do arroz em Mato Grosso e do algodão no Paraná. O crescimento dos preços no mercado mundial deve-se à redução do plantio pelos Estados Unidos para a safra 2002/2003 em decorrência do rebalanceamento das políticas de suporte interno e da quebra de produtividade da safra 2001/2002, causada pela seca.

O arroz, feijão, trigo, cacau, laranja e milho também são produtos agrícolas que estão com bom desempenho de renda. A boa comercialização do arroz deverá influenciar positivamente o plantio do arroz irrigado no Rio Grande do Sul, na próxima safra.

A pecuária está sendo influenciada positivamente pela avicultura de postura e pela bovinocultura de corte. A produção recorde de frango, com 7,5 milhões de toneladas é o principal indutor de renda nessa atividade.

A bovinocultura de corte também teve aumento da produção. A produção no ano passado foi de 6,9 milhões de toneladas de carne, em equivalente carcaça e, neste ano a projeção é de uma produção de 7,1 milhões de toneladas.

O PIB da pecuária apresentou no mês de junho uma queda de 0,18%, sendo o terceiro mês consecutivo a registrar taxas negativas, resultando num crescimento acumulado no semestre de apenas 0,21%. Como resultado final o PIB básico da agropecuária apresentou um crescimento acumulado de janeiro a junho de 4,59%, acusando um crescimento de 0,72% no mês de junho. Esses índices fazem que no acumulado do ano, em valores de 2001, a pecuária apresente um PIB de R\$ 44,95 bilhões e a agropecuária registre um PIB de R\$ 103,96 bilhões.

O crescimento dos insumos utilizados pela agricultura foi de 1,18% em junho e de 6,42% nos seis primeiros meses deste ano, taxas estas inferiores ao crescimento da agricultura. Já a pecuária apresentou um crescimento na utilização de insumos de 0,51% em junho e de 2,56% no semestre, taxas estas superiores às verificadas para o crescimento da pecuária, implicando dizer que está aumentando a participação dos insumos no PIB do agronegócio da pecuária. O crescimento do segmento de insumos industriais, para a agropecuária como um todo, foi de 4,92% no acumulado do ano de janeiro a junho e de 0,93% em junho. Deve-se lembrar que a acentuada valorização do dólar provavelmente terá impacto direto no preço dos insumos que são balizados por esta moeda, o que causa apreensão em torno da próxima safra.

O PIB do setor industrial do complexo do agronegócio da agropecuária, durante o ano de 2002, vem sistematicamente, mês a mês, apresentando as menores

taxas de crescimento entre os componentes integrantes deste complexo. No mês de junho o seu crescimento foi de 0,48%, o que eleva a taxa acumulada do ano para 0,96%. A indústria processadora vegetal embora registre em junho a sua maior taxa de crescimento do ano (0,61%), e sinalize para uma recuperação em comparação as taxas negativas do primeiro trimestre, no acumulado do ano seu PIB acusa uma elevação de 0,99%. Por sua vez, o setor industrial do complexo do agronegócio da pecuária, pelo segundo mês consecutivo, mostra um desempenho negativo com queda de 0,22%, e um crescimento acumulado no ano de 0,78%. Esses resultados apontam para um ritmo menor da atividade industrial do agronegócio brasileiro.

No caso do setor de distribuição, vale ressaltar o comportamento favorável do PIB do setor de serviços do complexo do agronegócio da agricultura registrando a sua maior taxa percentual em junho (0,82%), sendo que no acumulado do ano essa taxa acusa um crescimento de 3,07%. A pecuária apresentou no mês em análise uma queda do PIB do setor de serviços de 0,09%, sendo que no acumulado do ano essa taxa acusou um crescimento de 1,04%. Esses desempenhos estão refletidos no resultado final do setor de distribuição do complexo do agronegócio da agropecuária que registra uma taxa acumulada de 2,42% de janeiro a junho e uma elevação de 0,53% no mês de referência.

Basicamente, do cenário apresentado do agronegócio brasileiro pode-se inferir que o comportamento favorável do PIB deste complexo está sendo garantido pelo sub-setor agricultura, já que o desempenho do setor pecuarista ao longo desse ano tem sido modesto. Com os resultados do primeiro semestre, o PIB do agronegócio brasileiro apresenta um valor de R\$ 354,36 bilhões contra os R\$ 344,95 bilhões obtidos em 2001.

Vale ressaltar, no entanto, que o desempenho do setor agropecuário poderia ter sido ainda melhor se os produtores brasileiros não se deparassem com tantas barreiras e restrições ao comércio no mercado internacional.

2. Áreas Estratégicas – Principais Resultados

a. Comércio e Desenvolvimento de Agronegócios

Resultado 1: Desenvolvimento de estratégia de posicionamento e comercialização para os produtos da agricultura familiar brasileira no mercado internacional e política de marcas para o segmento;

Sócios estratégicos: Fundação Lyndolpho Silva; Governo da Bahia,

Beneficiários: Agricultores familiares da Região Nordeste

Resultado 2: Consolidação dos 12 Pólos de Desenvolvimento Integrados identificados e implementados.

Sócio estratégico: Banco do Nordeste do Brasil - BNB

Beneficiários: Extensionistas da EMATER, técnicos e professores das universidades, além de 125.000 produtores rurais.

Resultado 3: Secretaria de Recursos Agrários (SRA) do MDA provida de instrumentos de planejamento para fortalecer estruturas e processos para a inserção dos agricultores familiares e assentados da reforma agrária no mercado e, através da articulação das políticas públicas e dos atores locais, permitindo que os mesmos assumam a coordenação, e a maior parcela dos lucros gerados.

Sócio estratégico: Secretaria de Reforma Agrária – SRA/MDA

Beneficiários: 300.000 agricultores e assentados da reforma agrária; Gestores públicos, dirigentes, assessores e técnicos de entidades governamentais e não governamentais com atuação na reforma agrária.

Resultado 4: Desempenho do PRONAF melhorado, a partir do efetivo engajamento do capital social e humano existentes nos municípios e do estabelecimento de um sistema de monitoria e avaliação das ações e dos resultados alcançados pelo Programa.

Sócio estratégico: Ministério do desenvolvimento Agrário - MDA

Beneficiários: Agricultores Familiares, suas famílias e organizações comunitárias

b. Sanidade Agropecuária e Inocuidade de Alimentos

Resultado 1: Técnicos/gerentes capacitados para o controle de qualidade de produtos das empresas associadas no sistema de APPCC, voltado para os estabelecimentos de Produto de Origem Animal;

Sócio estratégico: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA

Beneficiários: Técnicos e gerentes das empresas associadas no sistema de APPCC

c. Desenvolvimento Rural Sustentável

Resultado 1: Cento e sete assentamentos nos estados do Maranhão, Rio Grande do Norte, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul, atendidos com as ações previstas no Programa de Consolidação dos assentamentos da reforma agrária com vistas à sua integração à agricultura familiar do município e região.

Sócio estratégico: INCRA/MDA;

Beneficiários: 18.000 famílias de agricultores familiares e assentados da reforma agrária

Resultado 2: Instrumentos metodológicos desenvolvidos e disponibilizados, visando o aprimoramento e o enriquecimento dos agentes envolvidos na execução do Projeto de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural e em outros programas de Reforma Agrária e de Desenvolvimento Rural.

Resultado 3: Avaliações periódicas de impactos sócio-econômicos do Projeto de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural realizadas e difundidas;

Sócio estratégico: Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA

Beneficiários: 50.000 famílias de trabalhadores sem terra ou minifundistas

Resultado 4: Capacidade de gestão da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Social e de Organizações Não Governamentais elevada para gerir programas e projetos de desenvolvimento local sustentável, especialmente os relacionados ao combate à pobreza rural nos Estados.

Resultado 5: Diferentes atores sociais integrantes das cadeias produtivas articulados para melhorar o dinamismo da economia e a inserção competitiva dos produtores no mercado no âmbito do Projeto de Combate à Pobreza Rural II nos Estados do Ceará, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Piauí, Maranhão e Rio Grande do Sul.

Sócios estratégicos: Governos Estaduais do Ceará, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Piauí, Maranhão e Rio Grande do Sul.

Beneficiários: Comunidades rurais de baixa renda, Agricultores familiares e Trabalhadores sem terra

Resultado 6: Políticas Públicas existentes para o Setor Agropecuário do Estado do Rio Grande do Sul, com ênfase na agricultura familiar reavaliadas e Estudos e Projetos Piloto sobre Cadeias Produtivas Agropecuárias, elaborados.

Sócio estratégico: Secretaria de Agricultura e Abastecimento do RS.

Beneficiários: Agricultores familiares e sem terra que serão beneficiados pelos assentamentos de reforma agrária previstos no projeto

d. *Inovação Tecnológica*

Resultado 1: Instrumentos de internalização de TAS desenvolvidos e implementados, no âmbito do IBAMA, com vistas à mudança da cultura institucional e da postura dos servidores para uma gestão ambiental que seja realizada estrategicamente com base em ações preventivas (e, não, apenas corretivas e/ou paliativas), conforme as 05 áreas de competência do IBAMA

Sócio estratégico: IBAMA / MMA;

Beneficiários: Entidades públicas e privadas, inclusive ONGs

e. *Informação e Comunicação*

Resultado 1: Boletim Trimestral com informações sobre o Agronegócio, Desenvolvimento Rural Sustentável e Agricultura de Mercado, elaborado e distribuído entre as mais importantes autoridades dos governos federal e estaduais, universidades e entidades representativas do setor rural no país e no exterior. Esta publicação visa contribuir para uma maior integração entre os diferentes setores e o fortalecimento do braço da cooperação técnica para o setor de agronegócios do Sistema Interamericano.

Sócios estratégicos: CONAB, IPEA, CNA e EMBRAPA.

Beneficiários: autoridades dos governos federal e estaduais, universidades e entidades representativas do setor rural no país e no exterior.

f. Educação e Capacitação

Resultado 1: Aplicada a experiência de gestão participativa e descentralizada desenvolvida pelo IICA na capacitação de beneficiários dos projetos de cooperação técnica do Instituto no Brasil, através da elaboração de planos locais e regionais de desenvolvimento sustentável mais especificamente nos estados do Ceará, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Piauí, Maranhão e Rio Grande do Sul.

Sócios estratégicos: Governos Estaduais do Ceará, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Piauí, Maranhão e Rio Grande do Sul.

Beneficiários: Comunidades rurais de baixa renda, Agricultores familiares e Trabalhadores sem terra

3. Outros Programas Técnicos

3.1 - Programa de Luta Contra a Desertificação na América do Sul

Objetivo: Desenvolver uma base sólida para fazer frente ao deterioramento das terras áridas e a seca no Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Equador e Perú, segundo os termos da Convenção das Nações Unidas para a Luta contra a Desertificação.

3.2 - Programa de Erradicação da Mosca da Carambola

A presença da *B.carambolae* significa uma séria ameaça à produção de frutas e vegetais frescos em países como o Brasil, Venezuela, Colômbia, e região do Caribe, tanto pelos danos diretos aos frutos quanto pelas perdas potenciais na exportação devido as restrições quarentenárias.

Nesse sentido, o Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento (MAPA) vem realizando grandes esforços para sua contenção na fronteira com a Guiana Francesa e apoiando efetivamente a sua erradicação do continente americano por meio do Programa Regional de Controle em que são envolvidos os quatro países da América atingidos por ela, tais como: Suriname, Guiana, Guiana Francesa e Brasil. Cabe destacar que essa ação está coerente com as prioridades do MAPA e que está contemplada na Agenda Nacional do IICA no Brasil.

4. Publicações

Buarque, Sérgio C. ; 2002. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Construindo o desenvolvimento local sustentável: Metodologia de planejamento. 180 p.

Miranda, Carlos; Matos, Aureliano. 2002, Brasília, DF, Brasil: Desenvolvimento local sustentável no Brasil: A Experiência do IICA. 53 p.

IICA – 60 Anos. Boletim do Agronegócio e do desenvolvimento Rural
Instituições Parceiras: CNA/CONAB/EMBRAPA/IPEA
(1942-2002), Editado: Brasília, 2002, 78 Páginas

Maranhão. Desenvolvimento rural e agricultura família: Documento Síntese do Seminário Internacional, Editado: São Luís – Maranhão, 2002, 49 Páginas

5. Outros Temas

5.1 - Realização de 04 cursos sobre Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável, em nível de especialização, nos estados do Maranhão (2), Paraíba e Paraná, em parceria com Universidades, Ministérios e Governos Estaduais promovendo a capacitação de 140 agentes multiplicadores.

5.2 - Capacitação de 130 profissionais do Brasil, Bolívia, Equador, Paraguai e Perú em 03 Cursos Internacionais sobre Enfermidades Exóticas e Emergências Zoonosológicas.

5.3 - Realização de dois Seminários Internacionais: **“Planejamento do Desenvolvimento Sustentável em Tempos de Globalização”**, realizado no Piauí e **“Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar”**, realizado no Maranhão com a presença dos Governadores de ambos os estados e de autoridades locais contando ainda com a assistência de 400 pessoas em cada Seminário.

5.4 - Apoio e Cooperação Técnica ao Governo Brasileiro para a consolidação do Programa de Erradicação da Febre Aftosa e outras Epizootias.

6. Planos e Programas para o Próximo Ano

Encontram-se em negociação e elaboração vários projetos novos que deverão ser implementados em 2003, são eles:

- **Estudos para a implantação de uma Política de Renda Mínima para o Pequeno Produtor Rural, proposto pelo Ministro da Agricultura do novo governo que assumirá em 2003.**
- **Projeto de Cooperação Técnica “Apoio à Implementação e Avaliação das Ações do PCPR II no Estado da Bahia”.**
Valor: US\$ 315.000,00 Vigência: 12 meses
- **Projeto de Cooperação Técnica “ Implementação do Projeto de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural em Alagoas”**
Valor: R\$ 1.394.694,00 Vigência: 31 meses
- **Projeto de Cooperação Técnica “Implementação do Projeto de Combate à Pobreza Rural II no Estado do Piauí”**
Valor: US\$ 1.575.000,00 Vigência: 48 meses
- **Projeto de Cooperação Técnica para “Implementação das Ações de Gestão, Operação e Manutenção em Perímetros Irrigados no Estado de Ceará”**
Valor: R\$ 2.698.500,00 Vigência: 12 meses
- **Projeto de Cooperação Técnica para “Implementação do Projeto para a Redução da Pobreza Rural no Estado de Sergipe”**
Valor: R\$ 2.504.073,33 Vigência: 36 meses
- **Projeto de Cooperação Técnica para “Consolidação do Sistema de Formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos”**
Valor: R\$ 6.842.167,00 Vigência: 36 meses
- **Projeto de Cooperação Técnica para “Fortalecimento Institucional da Gerência de Estado da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural – GEAGRO/MA”**
Valor: R\$ 9.975.000,00 Vigência: 48 meses

➤ Projeto de Cooperação Técnica para “Implomtação do Projeto de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural no Estado do Piauí”

Valor: R\$ 1.500.000,00

Vigência: 36 meses

II – ESTADO ATUAL DA AGRICULTURA E O MEIO RURAL NO PAÍS

O agronegócio brasileiro fechou o semestre com desempenho positivo. Os resultados, nos seis primeiros meses do ano, mostram um crescimento de 2,73% no PIB do agronegócio brasileiro global da agropecuária, e um crescimento de 0,60% no mês de junho. Esse desempenho quando segmentado pelos seus dois grandes complexos (agricultura e pecuária) aponta um PIB nitidamente superior para o agronegócio global da agricultura, de 3,55% no semestre e de 0,90% em junho, contrastando com o PIB do agronegócio global da pecuária, queda de 0,07% em junho e crescimento acumulado de 0,89% no ano. Esse crescimento positivo está sendo impulsionado basicamente pelo PIB primário da agricultura que teve crescimento de 1,42% em junho e recorde de 8,18% no acumulado do primeiro semestre deste ano. Em igual período de 2001 o resultado da agricultura foi de retração de 0,59%, e em 2000, queda de 1,66%. Com essa performance, o PIB da agricultura vai para R\$ 59,01 bilhões em 2002.

As consecutivas expansões da safra agrícola e das exportações juntamente com o aumento da produtividade e a recuperação dos preços, levaram o campo a esse desempenho. Desde 1996 a produção brasileira de grãos acusa crescimentos contínuos, sem ampliação da área cultivada. A desvalorização do real frente ao dólar e a recuperação dos preços internacionais de algumas commodities têm auxiliado o produtor brasileiro nessa conquista.

A boa produção agropecuária e a recuperação de preços são a causa do bom desempenho, principalmente do sub-setor da agricultura. A produção brasileira recorde de soja de 41,1 milhões de toneladas aliado à recuperação de preços no mercado internacional é o principal produto agrícola em termo de geração de renda. A boa comercialização da soja criou condições excepcionais para que haja novo aumento da área plantada dessa oleaginosa em detrimento do milho, na próxima temporada. A expectativa de plantio para a próxima safra é de que a soja também tire área plantada do arroz em Mato Grosso e do algodão no Paraná. O crescimento dos preços no mercado mundial deve-se à redução do plantio pelos Estados Unidos para a safra 2002/2003 em decorrência do rebalanceamento das políticas de suporte interno e da quebra de produtividade da safra 2001/2002, causada pela seca.

O arroz, feijão, trigo, cacau, laranja e milho também são produtos agrícolas que estão com bom desempenho de renda. A boa comercialização do arroz deverá influenciar positivamente o plantio do arroz irrigado no Rio Grande do Sul, na próxima safra.

A pecuária está sendo influenciada positivamente pela avicultura de postura e pela bovinocultura de corte. A produção recorde de frango, com 7,5 milhões de toneladas é o principal indutor de renda nessa atividade.

A bovinocultura de corte também teve aumento da produção. A produção no ano passado foi de 6,9 milhões de toneladas de carne, em equivalente carcaça e, neste ano a projeção é de uma produção de 7,1 milhões de toneladas.

O PIB da pecuária apresentou no mês de junho uma queda de 0,18%, sendo o terceiro mês consecutivo a registrar taxas negativas, resultando num crescimento acumulado no semestre de apenas 0,21%. Como resultado final o PIB básico da agropecuária apresentou um crescimento acumulado de janeiro a junho de 4,59%, acusando um crescimento de 0,72% no mês de junho. Esses índices fazem que no acumulado do ano, em valores de 2001, a pecuária apresente um PIB de R\$ 44,95 bilhões e a agropecuária registre um PIB de R\$ 103,96 bilhões.

O crescimento dos insumos utilizados pela agricultura foi de 1,18% em junho e de 6,42% nos seis primeiros meses deste ano, taxas estas inferiores ao crescimento da agricultura. Já a pecuária apresentou um crescimento na utilização de insumos de 0,51% em junho e de 2,56% no semestre, taxas estas superiores às verificadas para o crescimento da pecuária, implicando dizer que está aumentando a participação dos insumos no PIB do agronegócio da pecuária. O crescimento do segmento de insumos industriais, para a agropecuária como um todo, foi de 4,92% no acumulado do ano de janeiro a junho e de 0,93% em junho. Deve-se lembrar que a acentuada valorização do dólar provavelmente terá impacto direto no preço dos insumos que são balizados por esta moeda, o que causa apreensão em torno da próxima safra.

O PIB do setor industrial do complexo do agronegócio da agropecuária, durante o ano de 2002, vem sistematicamente, mês a mês, apresentando as menores taxas de crescimento entre os componentes integrantes deste complexo. No mês de junho o seu crescimento foi de 0,48%, o que eleva a taxa acumulada do ano para 0,96%. A indústria processadora vegetal embora registre em junho a sua maior taxa de crescimento do ano (0,61%), e sinalize para uma recuperação em comparação as taxas negativas do primeiro trimestre, no acumulado do ano seu PIB acusa uma elevação de 0,99%. Por sua vez, o setor industrial do complexo do agronegócio da pecuária, pelo segundo mês consecutivo, mostra um desempenho negativo com queda de 0,22%, e um crescimento acumulado

no ano de 0,78%. Esses resultados apontam para um ritmo menor da atividade industrial do agronegócio brasileiro.

No caso do setor de distribuição, vale ressaltar o comportamento favorável do PIB do setor de serviços do complexo do agronegócio da agricultura registrando a sua maior taxa percentual em junho (0,82%), sendo que no acumulado do ano essa taxa acusa um crescimento de 3,07%. A pecuária apresentou no mês em análise uma queda do PIB do setor de serviços de 0,09%, sendo que no acumulado do ano essa taxa acusou um crescimento de 1,04%. Esses desempenhos estão refletidos no resultado final do setor de distribuição do complexo do agronegócio da agropecuária que registra uma taxa acumulada de 2,42% de janeiro a junho e uma elevação de 0,53% no mês de referência.

Basicamente, do cenário apresentado do agronegócio brasileiro pode-se inferir que o comportamento favorável do PIB deste complexo está sendo garantido pelo sub-setor agricultura, já que o desempenho do setor pecuarista ao longo desse ano tem sido modesto. Com os resultados do primeiro semestre, o PIB do agronegócio brasileiro apresenta um valor de R\$ 354,36 bilhões contra os R\$ 344,95 bilhões obtidos em 2001.

Vale ressaltar, no entanto, que o desempenho do setor agropecuário poderia ter sido ainda melhor se os produtores brasileiros não se deparassem com tantas barreiras e restrições ao comércio no mercado internacional.

III – A AGENDA NACIONAL DE COOPERAÇÃO

A Representação do IICA no Brasil tem buscado, cada vez mais, intensificar a atuação no País, no que tange à cooperação técnica ao setor agropecuário brasileiro. Dentre os principais temas desenvolvidos pelo IICA no Brasil e previstos em sua Agenda Nacional destacamos o Fortalecimento dos Programas Cooperativos de Pesquisa e Transferência e os Mecanismos de Integração Tecnológica; o Melhoramento das Condições de Vida nas Comunidades Rurais e Modernização da Institucionalidade da Agricultura e, por fim, o Fortalecimento da Sanidade Agropecuária e da Inocuidade de Alimentos.

Na área do Fortalecimento dos Programas Cooperativos de Pesquisa e Transferência e os Mecanismos de Integração Tecnológica destaca-se a cooperação técnica do IICA junto ao Ministério da Agricultura e do Abastecimento, mais especificamente à EMBRAPA e outras instituições nacionais do setor, para que operem com procedimentos mais modernos de administração e prestem serviços de melhor qualidade ao público, ampliando assim, a capacidade de resposta do setor agropecuário no Brasil, graças à absorção de tecnologias transferidas.

A cooperação técnica desenvolvida pela Representação do IICA no Brasil para o Melhoramento das Condições de Vida nas Comunidades Rurais e Modernização da Institucionalidade da Agricultura, concentrou-se em três ações prioritárias:

a) Apoiar o Fortalecimento e a Capacitação Institucional para a Gestão Integrada e Sustentável dos Recursos Hídricos, onde teve destaque a capacitação técnica e gerencial das instituições nacionais para a gestão mais adequada dos recursos hídricos e a adequação da infra-estrutura hídrica nacional, com o objetivo de aumentar os níveis de eficiência da produção agropecuária nacional.

b) Apoiar o Desenvolvimento Institucional para o Manejo Sustentável dos Recursos Naturais, com destaque para a atuação do IICA no avanço dos programas de reforma agrária, impulsionados pelo processo de modernização institucional e para a expansão e fortalecimento da agricultura familiar, mediante o fomento à formação dos capitais social e humano no País.

c) Apoiar o Desenvolvimento de Mecanismos que potencializem os Sistemas Agroalimentares em Áreas Marginalizadas e que Propiciem a Geração de Emprego e Renda, cujo grande destaque é a cooperação do IICA às Secretarias de Planejamento dos Estados da Região Nordeste, no desenvolvimento dos Projetos de Combate à Pobreza Rural – PCPRs, cujo objetivo principal é a identificação de novas alternativas econômicas, capazes de gerar mais empregos e renda para a população pobre da zona rural.

No campo do Fortalecimento da Sanidade Agropecuária e da Inocuidade de Alimentos o IICA no Brasil tem atuado em projetos de melhoria dos serviços de controle técnico-sanitário dos produtos, mediante a capacitação dos setores público e privado, como os programas de sensibilização, capacitação e treinamento em análise de perigos e pontos críticos de controle.

IV – RESULTADOS OBTIDOS EM CADA ÁREA ESTRATÉGICA

a. *Comércio e Desenvolvimento de Agronegócios*

Resultado 1: Desenvolvimento de estratégia de posicionamento e comercialização para os produtos da agricultura familiar brasileira no mercado internacional e política de marcas para o segmento;

Sócios estratégicos: Fundação Lyndolpho Silva; Governo da Bahia,

Beneficiários: Agricultores familiares da Região Nordeste

Resultado 2: Consolidação dos 12 Pólos de Desenvolvimento Integrados identificados e implementados.

Sócio estratégico: Banco do Nordeste do Brasil - BNB

Beneficiários: Extensionistas da EMATER, técnicos e professores das universidades, além de 125.000 produtores rurais.

Resultado 3: Secretaria de Recursos Agrários (SRA) do MDA provida de instrumentos de planejamento para fortalecer estruturas e processos para a inserção dos agricultores familiares e assentados da reforma agrária no mercado e, através da articulação das políticas públicas e dos atores locais, permitindo que os mesmos assumam a coordenação, e a maior parcela dos lucros gerados.

Sócio estratégico: Secretaria de Reforma Agrária – SRA/MDA

Beneficiários: 300.000 agricultores e assentados da reforma agrária; Gestores públicos, dirigentes, assessores e técnicos de entidades governamentais e não governamentais com atuação na reforma agrária.

Resultado 4: Desempenho do PRONAF melhorado, a partir do efetivo engajamento do capital social e humano existentes nos municípios e do estabelecimento de um sistema de monitoria e avaliação das ações e dos resultados alcançados pelo Programa.

Sócio estratégico: Ministério do desenvolvimento Agrário - MDA

Beneficiários: Agricultores Familiares, suas famílias e organizações comunitárias

b. Sanidade Agropecuária e Inocuidade de Alimentos

Resultado 1: Técnicos/gerentes capacitados para o controle de qualidade de produtos das empresas associadas no sistema de APPCC, voltado para os estabelecimentos de Produto de Origem Animal;

Sócio estratégico: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA

Beneficiários: Técnicos e gerentes das empresas associadas no sistema de APPCC

c. *Desenvolvimento Rural Sustentável*

Resultado 1: Cento e sete assentamentos nos estados do Maranhão, Rio Grande do Norte, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul, atendidos com as ações previstas no Programa de Consolidação dos assentamentos da reforma agrária com vistas à sua integração à agricultura familiar do município e região.

Sócio estratégico: INCRA/MDA;

Beneficiários: 18.000 famílias de agricultores familiares e assentados da reforma agrária

Resultado 2: Instrumentos metodológicos desenvolvidos e disponibilizados, visando o aprimoramento e o enriquecimento dos agentes envolvidos na execução do Projeto de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural e em outros programas de Reforma Agrária e de Desenvolvimento Rural.

Resultado 3: Avaliações periódicas de impactos sócio-econômicos do Projeto de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural realizadas e difundidas;

Sócio estratégico: Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA

Beneficiários: 50.000 famílias de trabalhadores sem terra ou minifundistas

Resultado 4: Capacidade de gestão da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Social e de Organizações Não Governamentais elevada para gerir programas e projetos de desenvolvimento local sustentável, especialmente os relacionados ao combate à pobreza rural nos Estados.

Resultado 5: Diferentes atores sociais integrantes das cadeias produtivas articulados para melhorar o dinamismo da economia e a inserção competitiva dos produtores no mercado no âmbito do Projeto de Combate à Pobreza Rural II nos Estados do Ceará, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Piauí, Maranhão e Rio Grande do Sul.

Sócios estratégicos: Governos Estaduais do Ceará, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Piauí, Maranhão e Rio Grande do Sul.

Beneficiários: Comunidades rurais de baixa renda, Agricultores familiares e Trabalhadores sem terra

Resultado 6: Políticas Públicas existentes para o Setor Agropecuário do Estado do Rio Grande do Sul, com ênfase na agricultura familiar reavaliadas e Estudos e Projetos Piloto sobre Cadeias Produtivas Agropecuárias, elaborados.

Sócio estratégico: Secretaria de Agricultura e Abastecimento do RS.

Beneficiários: Agricultores familiares e sem terra que serão beneficiados pelos assentamentos de reforma agrária previstos no projeto

d. Inovação Tecnológica

Resultado 1: Instrumentos de internalização de TAS desenvolvidos e implementados, no âmbito do IBAMA, com vistas à mudança da cultura institucional e da postura dos servidores para uma gestão ambiental que seja realizada estrategicamente com base em ações preventivas (e, não, apenas corretivas e/ou paliativas), conforme as 05 áreas de competência do IBAMA

Sócio estratégico: IBAMA / MMA;

Beneficiários: Entidades públicas e privadas, inclusive ONGs

e. Informação e Comunicação

Resultado 1: Boletim Trimestral com informações sobre o Agronegócio, Desenvolvimento Rural Sustentável e Agricultura de Mercado, elaborado.

Sócios estratégicos: CONAB, IPEA, CNA e EMBRAPA.

Beneficiários: Instituições do agronegócio no Brasil.

f. Educação e Capacitação

Resultado 1: Aplicada a experiência de gestão participativa e descentralizada desenvolvida pelo IICA na capacitação de beneficiários dos projetos de cooperação técnica do Instituto no Brasil, através da elaboração de planos locais e regionais de desenvolvimento sustentável mais especificamente nos estados do Ceará, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Piauí, Maranhão e Rio Grande do Sul.

Sócios estratégicos: Governos Estaduais do Ceará, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Piauí, Maranhão e Rio Grande do Sul.

Beneficiários: Comunidades rurais de baixa renda, Agricultores familiares e Trabalhadores sem terra

V – OUTRAS ATIVIDADES DE COOPERAÇÃO

5.1 - Programa de Luta Contra a Desertificação na América do Sul

Objetivo: Desenvolver uma base sólida para fazer frente ao deterioramento das terras áridas e a seca no Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Equador e Perú, segundo os termos da Convenção das Nações Unidas para a Luta contra a Desertificação.

5.2 - Programa de Erradicação da Mosca da Carambola

A presença da *B.carambolae* significa uma séria ameaça à produção de frutas e vegetais frescos em países como o Brasil, Venezuela, Colômbia, e região do Caribe, tanto pelos danos diretos aos frutos quanto pelas perdas potenciais na exportação devido as restrições quarentenárias.

Nesse sentido, o Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento (MAPA) vem realizando grandes esforços para sua contenção na fronteira com a Guiana Francesa e apoiando efetivamente a sua erradicação do continente americano por meio do Programa Regional de Controle em que são envolvidos os quatro países da América atingidos por ela, tais como: Suriname, Guiana, Guiana Francesa e Brasil. Cabe destacar que essa ação está coerente com as prioridades do MAPA e que está contemplada na Agenda Nacional do IICA no Brasil.

5.3 - Realização de 04 cursos sobre Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável, em nível de especialização, nos estados do Maranhão (2), Paraíba e Paraná, em parceria com Universidades, Ministérios e Governos Estaduais promovendo a capacitação de 140 agentes multiplicadores.

5.4 - Capacitação de 130 profissionais do Brasil, Bolívia, Equador, Paraguai e Perú em 03 Cursos Internacionais sobre Enfermidades Exóticas e Emergências Zoonóticas.

5.5 - Realização de dois Seminários Internacionais: **“Planejamento do Desenvolvimento Sustentável em Tempos de Globalização”**, realizado no Piauí e **“Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar”**, realizado no Maranhão com a presença dos Governadores de ambos os estados e de autoridades locais contando ainda com a assistência de 400 pessoas em cada Seminário.

5.6 - Apoio e Cooperação Técnica ao Governo Brasileiro para a consolidação do Programa de Erradicação da Febre Aftosa e outras Epizootias.

VI – RELAÇÕES DESENVOLVIDAS COM SÓCIOS ESTRATÉGICOS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE QUEIJO – ABIO

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL – BNB

BANCO INTERAMERICANO PARA O DESENVOLVIMENTO – BID

BANCO MUNDIAL - BIRD

CENTRO PARA LA INVESTIGACIÓN FORESTAL INTERNACIONAL – CIFOR

COMPANHIA PARA O DESENVOLVIMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO
– CODEVASF

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA –
CONTAG

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS – DNOCS

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA

FUNDAÇÃO LYNDOLPHO SILVA

FUNDAÇÃO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES – FLEM

GERÊNCIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL
DO ESTADO DO MARANHÃO/GEAGRO-MA

GERÊNCIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS DO
MARANHÃO

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS
NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA

NÚCLEO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E DESENVOLVIMENTO RURAL DO
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – NEAD/MDA

SECRETARIA DE DEFESA CIVIL DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO
NACIONAL – SEDEC/MI

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO
SUL – SAA/RS

SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA DO MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO NACIONAL – SIH/MI

SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO DA BAHIA –
SICM/BA

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DO CEARÁ – SEPLAN/CE

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO ESTADO DO CEARÁ –
SDR/CE

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO
ESTADO DE PERNAMBUCO – SEPLANDES/PE

SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL DO RIO GRANDE DO NORTE – SEAS/RN

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DO PIAUÍ – SEPLAN/PI

SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DA BAHIA –
SRH/BA

SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO MARANHÃO –
SRH/MA

SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO CEARÁ – SRH/CE

SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR DO MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA

SECRETARIA DE AGRICULTURA IRRIGADA DO ESTADO DO CEARÁ –
SEAGRI/CE

SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS DO MINISTÉRIO DO MEIO
AMBIENTE – SRH/MMA

VII – OPORTUNIDADES PARA O FUTURO

Encontram-se em negociação e elaboração vários projetos novos que deverão ser implementados em 2003, são eles:

- Estudos para a implantação de uma Política de Renda Mínima para o Pequeno Produtor Rural, proposto pelo Ministro da Agricultura do novo governo que assumirá em 2003.

- Projeto de Cooperação Técnica “ Gestão Descentralizada do Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT ”.
Valor: R\$ 17.170.921,61 Vigência: 24 meses

- Projeto de Cooperação Técnica “Apoio à Implementação e Avaliação das Ações do PCPR II no Estado da Bahia”.
Valor: US\$ 315.000,00 Vigência: 12 meses

- Projeto de Cooperação Técnica “ Implementação do Projeto de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural em Alagoas”
Valor: R\$ 1.394.694,00 Vigência: 31 meses

- Projeto de Cooperação Técnica “Implementação do Projeto de Combate à Pobreza Rural II no Estado do Piauí”
Valor: US\$ 1.575.000,00 Vigência: 48 meses

- Projeto de Cooperação Técnica para “Implementação das Ações de Gestão, Operação e Manutenção em Perímetros Irrigados no Estado do Ceará”
Valor: R\$ 2.698.500,00 Vigência: 12 meses

- Projeto de Cooperação Técnica para “Implementação do Projeto para a Redução da Pobreza Rural no Estado de Sergipe”
Valor: R\$ 2.504.073,33 Vigência: 36 meses

- Projeto de Cooperação Técnica para “Consolidação do Sistema de Formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos”
Valor: R\$ 6.842.167,00 Vigência: 36 meses

- Projeto de Cooperação Técnica para "Fortalecimento Institucional da Gerência de Estado da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural – GEAGRO/MA"

Valor: R\$ 9.975.000,00 Vigência: 48 meses

- Projeto de Cooperação Técnica para "Implementação do Projeto de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural no Estado do Piauí"

Valor: R\$ 1.500.000,00 Vigência: 36 meses

VIII – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O Representante do IICA no Brasil, no marco da elaboração da Agenda Nacional, manteve reuniões e contatos com diversas autoridades, objetivando conhecer e receber comentários sobre as prioridades de cada instituição, para efeito de incorporação dos projetos ou ações do IICA no Brasil. Outrossim, foram analisados os documentos - base do Governo Federal sobre sua ação na agricultura: o "Plano Agrícola 2002/2003" e o "Plano de Safra – Agricultura Familiar 2002/2003".

Depois de analisar várias sugestões, realizou-se um esforço de síntese. Os projetos e ações apresentados foram submetidos posteriormente às autoridades consultadas, desta forma, poderão converter-se em indicadores fundamentais para a elaboração do Plano de Médio Prazo 2002-2006, no que se refere ao Brasil.

Vale ressaltar que a complexidade do setor público brasileiro, a gama dos organismos internacionais representativos da iniciativa privada e a diversidade regional dificultam a elaboração de uma agenda. Assim, procurou-se evitar a apresentação de uma agenda excessivamente extensa e diversificada ou demasiadamente genérica. Os temas propostos pelas autoridades brasileiras do setor público e privado, alcançam uma ampla variedade de atividades possíveis para esta Agência de Cooperação. Por isso, não seria possível iniciar tantos projetos para responder a todas as demandas. Algumas tratam de orientação ou ênfase a ser dada aos projetos e atividades em vigência. De qualquer maneira, com ações efetivas que atendam parcial ou totalmente às proposições.

Para a definição de novos temas e demandas do novo governo que assume em 2003, a Representação do IICA no Brasil vem seguindo uma estratégia, previamente traçada, de contatos com autoridades já nomeadas e que terá continuidade em 2003 com o contato já agendado com ministros e secretários executivos e governadores estaduais e seus secretários nos estados.

Foi realizada reunião com o novo Ministro da Agricultura, Dr. Roberto Rodrigues, que já fora entrevistado pelo Representante do IICA por ocasião da elaboração da Agenda Nacional e sugeriu diversos temas para cooperação, dentre os quais as sugestões apresentadas pela ABAG e OCB (conforme páginas 10 e 11 da Agenda Nacional).

IX - ANEXO

CÓD.	INSTRUMENTO	RESULTADOS OBTIDOS
4BB08	Cooperação a SRH/DNOCS, para a implementação do Projeto de Irrigação Nordeste (SRH/DONCS) (#913)	Mecanismos e instrumentos de coordenação, gerenciamento e de articulação institucional implantados. Instrumentos de difusão e transferência de tecnologia implantados. Concepção e implantação do Programa de Desenvolvimento Agrícola dos Distritos de Irrigação realizados.
4BB11	Convênio IICA/CIFOR para manejo florestal em escala comercial nos bosques naturais da Amazônia oriental (CIFOR) (#1115)	Até maio de 2002 foram realizadas 65 visitas às áreas das experiências localizadas em 04 estados da região amazônica, Pará, Amazonas, Rondônia e Mato Grosso. No total foram efetuados levantamentos em 26 áreas de pequenos produtores e 39 de empresas madeireiras e instituições de pesquisa. No momento estão sendo feitas a sistematização e análise dos dados coletados em campo. Paralelo às sistematizações, está sendo concluída uma estrutura da base de dados criada em Access, onde serão incluídas as informações referentes aos diagnósticos. Serão avaliados os resultados do estudo e discussões para os futuros passos do <i>Projeto Silvicultura</i> .
4BB14	Termo de compromisso: Ações no âmbito do projeto de apoio ao desenvolvimento de tecnologia agropecuária para o Brasil (PRODETAB) (#1250)	Em 2001 e até março de 2002, o projeto atendeu aos objetivos preconizados de acordo com a expectativas estabelecidas, tendo sido contratados 245 especialistas, sendo 115 estrangeiros e 130 nacionais, para atender demandas das unidades de pesquisa da Embrapa, predominando as áreas de Biotecnologia, Meio Ambiente, Agronegócio e Planejamento e Gestão de processos de pesquisa agropecuária.
4BB16	Elaboração do projeto de Centro de Estudos Avançados sobre Gestão de Recursos Hídricos - CEA - Recursos Hídricos (#1613)	Parcerias necessárias identificadas; Documento sobre o contexto operacional do Centro elaborado; Financiamento de produção de conhecimento realizado; Relatório do estado d'arte do projeto elaborado; Demandas de conhecimento sobre recursos hídricos identificada; Oferta/procura de pesquisador realizada; Matriz operacional do Centro elaborada; Natureza Jurídica do

		Centro elaborada Relatório do estado d'arte do projeto realizado; Viabilidade Econômica do Centro realizada; Parcerias prioritárias Identificadas; Fontes de financiamento identificadas; Primeira versão do projeto elaborada; Versão final do projeto elaborada; Monografia sobre gestão de recursos hídricos – em fase de aprimoramento; Monografia sobre produção de conhecimento – em fase de aprimoramento; Minutas cartas consultas para financiamento elaboradas;
4BB17	Implementação das ações de irrigação, sob os novos marcos legal e Conceitual (Irrigação e drenagem) (#1758)	Infra-estrutura de Pós-colheita e Programas de Qualidade implantados; Sistema de Informação e Base de dados disponibilizados; Periódicos e análises técnicas sobre mercado/comercialização e pós-colheita publicados; Projetos de Infra-estrutura hídrica elaborados; Obras hídricas supervisionadas; Programas de emancipação revistos. Programas de emancipação avaliados e implementados.
4BB18	Apoiar a Secretaria de Defesa Civil no Desenvolvimento de ações de combate a eventos adversos (#1805)	Elaboração de instrumentos de planejamento e coordenação para o cumprimento dos Planos e Projetos de Defesa Civil. Os objetivos estão sendo alcançados, tendo em conta a difusão ampla do conhecimento de desastres e Defesa Civil em todos os Estados, e um efeito multiplicador em cursos locais a nível de municípios. Quase 100 técnicos em Defesa Civil foram capacitados em cursos, mas de 300 se beneficiaram com a difusão do conhecimento científico em Seminários e Reuniões. Evidentemente, muitos desses técnicos atuarão como instrutores ou conferencistas em muitos outros eventos.
4BB19	Apoio a implementação do fortalecimento institucional para o gerenciamento dos recursos hídricos na Bahia (PROAGUA/BA) (#1841)	Equipe técnica da SRH/BA,, treinada e capacitada; Sistema de gestão de Recursos Hídricos aprimorado; Programa para recuperação de nascentes e margens elaborado.
4BB20	Apoio a implementação do fortalecimento institucional para o gerenciamento dos recursos hídricos no Rio Grande do Norte (PROAGUA/RN) (#1842)	Analizados os indicadores Sócio-econômicos para o programa de Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte; Elaboração de Diagnóstico das necessidades de treinamento e do Programa de Capacitação Profissional da SERHID e do Novo Organismo de Gestão de Recursos Hídricos do Estado; Realização do curso sobre “Qualidade da Água na Gestão dos Recursos Hídricos de 24 a 29/09/2001 em Natal/RN.

4BB21	Apoio a implementação do fortalecimento institucional para o gerenciamento dos recursos hídricos no Maranhão (PROAGUA/MA) (#1875)	Os trâmites necessários ao atendimento de determinadas diretrizes do Proágua, como a aprovação dos documentos de contratação de consultores e de processo licitatórios, além do processo burocrático de tramitação desses documentos junto à outros órgãos, foram afetados por alguns entraves de ordem administrativas, as quais retardaram o início de algumas das atividades do Projeto de Cooperação. Conforme os impactos negativos que afetaram o desenvolvimento do projeto, o grau de alcance do Objetivo Imediato 1 ficou em cerca de 36% do programado.
4BB25	Gestão de Tecnologias Ambientalmente Saudáveis IBAMA (#1948)	Feita a seleção de técnicos do IBAMA para a constituição da Coordenação executiva de Tecnologias Ambientalmente Saudáveis, que conta ainda com o apoio de especialistas e parceiros externos.
4BB26	" Apoio ao Fortalecimento da Capacidade Técnica, Institucional e Gerencial do DNOCS" (#2140)	Ações de Planejamento, de realização de estudos e projetos, e de implantação e recuperação da infraestrutura hídrica regional, em desenvolvimento.
4BB27	Gerenciamento e Integração dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará (#2141)	Ações de implantação e recuperação da infra-estrutura hídrica estadual, em desenvolvimento.
4BC06	Programa de sensibilização e treinamento de análise de perigos e pontos críticos de controle - APPCC (ABIA) (#1764)	O principal resultado do projeto foi obter do público alvo (estabelecimentos produtores) melhoria de seu controle de qualidade, além de propiciar um acesso fácil ao sistema de informações do SIF/DIPOA-MA, de interesse zôo-sanitário e econômico e aprovação e registro de produtos no sistema "on-line" que, embora ainda não disponível, será alvo de um novo programa para a sua implantação.
4BC09	Programa de sensibilização de treinamento de análise de perigos e pontos de controle - APPCC (ABIQ) (#2097)	Proposta de modernização da sistemática de registro de produtos no sistema "on-line" já está delineada faltando apenas sistematizar a forma de implanta-lo e os recursos para mostrar a infra-estrutura, além de treinamento.

4BD22

PCT para apoio ao INCRA, nas Ações de Descentralização e Municipalização da Reforma Agrária (INCRA) (#517)

Sistema Agenda implantado e em utilização; Sistema CPAD em fase de criação do Ante-projeto; Desenvolvimento e Integração dos Sistemas de Informação, em fase de execução; Apoiado o Processo de Recadastramento dos Assentamentos em quase todo País; SIPRA-WEB: Realizada Migração do SIPRA 4.0 para Ambiente Internet; Consolidação de Informações de outras bases de dados do INCRA e formatação de Relatórios para este sistema - em andamento; Realizada Formatação e Elaboração de Relatórios Gerenciais a partir do Sistema de Acompanhamento da Programação Orçamentária do INCRA e a partir do Sistema de Informações da Reforma Agrária - SIPRA; Realizados aperfeiçoamentos diversos no Sistema de Gerenciamento da Reforma Agrária - SIGER.

Realizado "Estudo sobre casos de Cooperação entre Prefeituras Municipais e Assentamentos de Reforma Agrária"; Elaborado estudo sobre "Preços de Mercado de Terras para o Brasil", Parte II; Elaborado documento "O Fator Dimensão na Avaliação de Imóveis Rurais"; Realizadas atividades de capacitação / acompanhamento em Elaboração de Planos de Desenvolvimento de Assentamentos envolvendo 80 técnicos e beneficiando aproximadamente 70 projetos de assentamento; Desenvolvidas atividades de assessoramento, desenvolvimento de metodologias participativas e capacitação para avaliação e gestão ambiental no processo de Reforma Agrária em Minas Gerais, e educação ambiental nos Estados da Bahia, Goiás e Maranhão.

Realizada ação de sensibilização / capacitação para a produção orgânica em 35 assentamentos da Reforma Agrária; Criadas e apoiadas 08 Agências Regionais de Comercialização - ARCO, abrangendo cerca de 200 municípios, com assistência direta a 115 assentamentos e indireta a outros aproximadamente 250 projetos de assentamento e comunidades de agricultores familiares. O objetivo das ARCO's é apoiar e facilitar a inserção de assentados e agricultores familiares no mercado regional, nacional e internacional.

Apoiada a elaboração de diagnósticos e planos estratégicos em 6 Áreas Especiais de Reforma Agrária e Agricultura Familiar.

Estruturada a Unidade de Coordenação Nacional e as

		<p>Unidades Técnicas dos Estados do Rio Grande do Norte e Mato Grosso.</p> <p>Revisados e aprovados os documentos normativos, gerenciais e operacionais do Programa.</p>
4BD26	<p>Projeto de cooperação técnica para a execução de um Programa de Combate à Pobreza Rural no CEARÁ (PCPR/CE) (#520)</p>	<p>Realizados estudos e avaliações de resultados e de impacto do PSJ para possíveis ajustes e redirecionamento de ações.</p>
4BD27	<p>Projeto de Cooperação Técnica para a execução de um Programa de Combate à Pobreza Rural no Piauí (PCPR/PI) (#521)</p>	<p>1: Como as atividades do PCT, na realidade, começaram em 1996, como atividades preparatórias do PCPR, a UT chegou a etapa de efetividade do projeto (4 de setembro de 1997) organizada e estruturada, sendo que, como resultado das avaliações do desempenho prático, posteriormente foram feitos novos ajustes. Para a organização e estruturação da UT, segundo as novas exigências do Banco Mundial para execução do PCPR, a cooperação do IICA teve um papel fundamental que pode ser verificado junto ao próprio Banco e a SEPLAN-PI, já que, a equipe do IICA, teve praticamente que conduzir o processo de preparação da UT, visto que, durante esse período, aconteceram três (3) mudanças na condução da UT e em parte da equipe técnica. Até junho de 2001 o PCPR financiou 1.015 subprojetos, beneficiando 80.500 famílias. Do total do subprojetos financiados 75% foram de infra-estrutura, 11% produtivos e 12 % sociais. O desempenho apresentado foi considerado muito satisfatório pelo BIRD, sendo que, até essa data já tinham sido aplicados mais de 85 % dos recursos do Projeto. Paralelamente, até junho do 2001 foram desenvolvidos eventos de capacitação de organizações de base comunitária, foram realizados 215 eventos de capacitação tendo sido capacitadas 4.765 pessoas. No período coberto por este relatório foram realizados 46 eventos de capacitação com 2.131 pessoas capacitadas em 384 comunidades beneficiadas.</p> <p>2: O processo de capacitação de conselhos municipais e organizações de base comunitária vem sendo realizados com a participação direta da equipe IICA. Os instrumentos</p>

de capacitação utilizados pela UT tem sido desenvolvidos com a participação e orientação direta da equipe permanente do IICA sediada no Piauí (2 PPI's). Além disso, com a participação de 4 técnicas contratadas pelo IICA (2 Assistentes Sociais e 2 técnicas de nível médio com especialização em trabalho comunitário) vem sendo desenvolvido um trabalho permanente a nível de campo em apoio aos conselhos municipais e as associações beneficiárias do PCPR. Também através da parceria com outras entidades de capacitação. Quanto ao trabalho e apoio as ONG's, durante o período considerado continuou-se consolidando uma parceria com o Centro Educacional São Francisco de Assis – CEFAS, que vem dando resultados muito satisfatórios no apoio a organização, gestão e em aspectos técnicos relacionados com o apoio a subprojetos de apicultura. Outros contatos informais e identificação de possíveis áreas de trabalho conjunto foram realizados, bem como a capacitação de pessoas através do Curso de Planejamento do Desenvolvimento Municipal Sustentável, de sete semanas de duração, desenvolvido com o apoio e a equipe pedagógica do IICA, muitos dos quais encontram-se prestando serviços à UT participando de processos de capacitação e treinamento de conselhos municipais e organizações comunitárias. Representantes de conselhos municipais dos FUMAC's também participaram desse curso, fato que tem contribuído de maneira importante a melhorar o funcionamento dos conselhos. No período coberto pelo Relatório foram criados 31 Conselhos Municipais, sendo o total de 157 conselhos existentes desde início do PCPR /PI.

3: Este objetivo avançou de forma significativa com o desenvolvimento dos trabalhos de consultoria na área de desenvolvimento institucional para reforma do Estado nas áreas relacionadas com o combate à pobreza. Também um estudo sobre os impactos das medidas adotadas pelo Governo do Estado para ajustar as finanças públicas e avançar nas reformas. Estes documentos permitiram à SEPLAN elaborar um documento "Proposta de Ajuste", implantado pelo Governo do Estado e encaminhado à Assembléia Legislativa para análise e aprovação de vários dos seus itens. Além disso, a equipe da SEPLAN foi treinada em informática, já que a cooperação nesta área prevê o fortalecimento da informatização da SEPLAN

		<p>e da Secretaria de Administração. Foi completada a implantação da rede de informática. Este componente encontra-se sob a coordenação direta do Secretário do Planejamento. Nesse contexto também foi apoiada a reestrutura da Fundação CEPRO, que passou a ter uma relação direta com a SEPLAN e se integrou a suas atividades de uma maneira mais direta. Também tem se dado um forte apoio à equipe da SEPLAN que coordena a elaboração do Orçamento Estadual. Foi realizado levantamento completo sobre "obras inacabadas" no Estado, com objeto de definir prioridades para realizar obras. Também foi preparada proposta para implantação de uma Agência de Desenvolvimento para o Estado do Piauí, em sintonia com a proposta que em esse tema desenvolve o Governo Federal. Encontra-se também em etapa avançada de elaboração instrumento "multimídia" (CD Room) com potenciais do estado do Piauí, orientado a captação de potenciais investidores. Em uma grande medida, as atividades realizadas neste componente, permitiram alcançar os resultados comprovados pela missão da STN que no mês de maio visitou o Piauí, que credenciam o Estado para um novo empréstimo destinado ao PCPR II.</p>
4BD28	<p>Projeto de Cooperação Técnica para a execução de um Programa de Combate à Pobreza Rural no Rio Grande do Norte (PCPR/RN) (#522)</p>	<p>Fortalecer a SETAS/CT nos níveis institucional e técnico para a execução do Projeto de Combate à Pobreza Rural. As atividades do PCT, tiveram início em 1996, como ações preparatórias do PCPR. A CT chegou à etapa de efetividade do projeto em 29 de agosto de 1997, a qual foi organizada e estruturada, tendo como resultado das avaliações do desempenho prático, os novos ajustes e adequações ao mesmo, conforme as novas exigências do Banco Mundial para execução do PCPR. Nesse processo, a cooperação do IICA teve um papel fundamental na organização e estruturação da CT, o qual pode ser verificado junto ao próprio Banco e em Relatório Semestral de Monitoramento do PCPR/RN, no primeiro semestre de 1998.</p> <p>O período do presente Relatório de Progresso, constituiu a etapa de plena aplicação dos recursos do PCPR, onde 1237 subprojetos foram implantados, sendo necessário uma integração e permanente trabalho com os Conselhos Municipais do FUMAC e FUAMC-P, bem como com as organizações governamentais e não governamentais atuante junto ao projeto.</p>

Apoiar a organização e o funcionamento dos 88 Conselhos Municipais do FUMAC e FUMAC-P.

Os Conselhos Municipais implantados na etapa anterior foram visitados periodicamente e, nestas oportunidades, foram realizados treinamentos voltados a superar problemas identificados durante a sua implantação, propondo-se ajuste/adequações no processo de operacionalização dos mesmos..

Apoiar o desenvolvimento institucional do setor público, estimulando e promovendo modificações estruturais na área de administração pública responsáveis pelos projetos de desenvolvimento e combate à pobreza rural.

As ações para atingir este Objetivo foram conduzidas pela Secretaria de Administração ainda em 1997, foram cumpridas todas as etapas no que diz respeito à contratação de consultores e empresas de consultoria solicitadas à Cooperação Técnica.

Na terceira revisão do PCT, assinada em julho de 2000, foram introduzidos dois novos produtos neste objetivo: a) "Metodologia elaborada para a realização de Planos de Desenvolvimento Regional Sustentável - O caso Piloto do Seridó, e b) Proposta para constituição de novos "clusters" no Estado do Rio Grande do Norte. Cabe destacar que o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Seridó, foi elaborado e convalidado pela Sociedade Civil tendo uma importante repercussão nacional e internacional. No que diz respeito aos "clusters", inicialmente concentrou-se esforços para identificar quais os produtos a ser trabalhados. Consequentemente, foram priorizados os seguintes de setores de produção: o de camarão em cativeiro (carcinicultura), atividade de recente desenvolvimento no Estado, e com fortes investimentos do setor privado e que esta sendo o segundo setor na pauta exportação do Estado. Ao final de 2000, já estava em elaboração o Plano de Desenvolvimento do Camarão e o de castanha de caju que se encontra na primeira etapa de consolidação.

4BD29 Projeto de cooperação técnica para execução de um Programa de Combate à Pobreza Rural em Pernambuco (PCPR/PE) (#523)

O MIS – Sistema informatizado de monitoria e informações do Projeto – foi reestruturado para permitir maior operacionalidade e gerar relatórios necessários ao acompanhamento dos subprojetos. O apoio ao desenvolvimento institucional do setor público permitiu avanços na descentralização da Unidade Técnica com a implantação de 04 escritórios regionais para atendimento

		aos beneficiários do PCPR em locais próximos aos seus domicílios, além de favorecer a racionalização dos custos de elaboração e supervisão dos subprojetos.
4BD39	Apoio a implementação e funcionamento do NEAD/MEPF e gestão do Projeto Cédula da Terra (NEAD/MEPF) (#1013)	Equipe contratada para compor o NEAD; Normas de funcionamento elaboradas, processo de acompanhamento e avaliação dos resultados dos projetos implantados através do Banco da Terra em execução: Rede DATATERRA implantada e consolidada; Assistência ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CNDRS, inclusive nas ações para o fortalecimento dos conselhos estaduais e municipais.
4BD40	Contrato de prestação de serviços entre IICA e Fundação Luís Eduardo Magalhães com a interveniência da SEPLANTEC (#1693)	Lideranças comunitárias locais dos 95 (noventa e cinco) municípios que compõem o Programa Estadual "Faz Cidadão" em processo de capacitação.
4BD45	Assessoramento na elaboração e implementação de um projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável (#1502)	O objetivo está sendo alcançado e é a principal referência para as ações desenvolvidas no âmbito da Ação de Conjuntura. Os beneficiários diretos (CONTAG e Fundação Lyndolpho Silva) conseguiram avançar muito nas linhas propostas como resultado. Apenas no que diz respeito ao processo de transferência de tecnologia foram identificados problemas que extrapolam o alcance da Ação de Conjuntura.
4BD46	Implementação do Projeto de Combate à Pobreza Rural do Maranhão (#1616)	1: Alcançou no período de execução do PCT um desempenho físico de 76,5% das metas totais programadas. Este objetivo incorpora as ações de fortalecimento institucional do NEPE/GEAGRO, através do apoio consultores e especialistas temáticos; incorporação de equipamentos de informática; e o assessoramento às Gerências Regionais, através da disponibilização de técnicos de níveis médio e superior para a execução descentralizada das atividades vinculadas ao Projeto de Combate à Pobreza Rural e ao Projeto de Crédito Fundiário e Combate À Pobreza Rural. 2: Alcançou no período de execução do PCT um desempenho físico de 96,6% e será complementada e superada até 31.12.2002, com a realização de eventos vinculados à avaliação do Projeto de Combate à Pobreza Rural PCPR/I e de concepção do Projeto de Combate à Pobreza Rural PCPR/II. Na atividade referente a capacitação dos Conselhos Municipais do FUMAC a meta

	<p>de implantação do número de Conselhos Municipais do FUMAC foi superada em mais de 100%.</p> <p>3: Continua com um desempenho de 60% em relação as metas do PCT. Este objetivo tem como ação básica a implantação e assessoramento técnico aos Conselhos Municipais do FUMAC e FUMAC-P. A Reforma Administrativa do Estado, criando dezoito Gerências de Desenvolvimento Regionais e a descentralização das ações do PCPR para estas instâncias, colocou a implantação das experiências - piloto dos FUMAC'S para uma etapa seguinte. As experiências bem sucedidas de Conselhos Municipais do FUMAC devem, agora, ser identificadas a nível regional pelas respectivas Gerências. O apoio técnico às Gerências Regionais que está sendo dispensado pelo PCT criaram as condições reais de que os FUMAC's-P possam ser implantados no exercício de 2003, através de um provável alongamento do prazo de vigência do atual Projeto de Cooperação Técnica.</p> <p>4: Foi integralmente executado no âmbito da Reforma Administrativa do Estado do Maranhão, e com elaboração complementar dos Estudos de Revisão de meio Termo do PCPR/I.</p> <p>5: Foi, também integralmente executado no âmbito da Reforma Administrativa do estado do Maranhão e com a elaboração dos estudos de Revisão de meio Termo do PCPR/I.</p> <p>6: Alcançou no período da Revisão nº 002/2001 um desempenho de 57,5% em relação a sua meta total. Este objetivo foi incorporado à Revisão, com a finalidade de criar as bases para a descentralização total das ações do PCPR/II e do novo Projeto de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural. A ênfase neste semestre tem sido dada à implantação do Projeto de Crédito Fundiário, para cumprimento das metas físicas referentes aos exercícios de 2001/2002, por recomendações expressas nos Relatórios de Supervisão do Banco Mundial.</p>
4BD47	<p>Apoio à Secretaria Executiva da Agricultura e Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul na implantação do RS RURAL (#1705)</p> <p>Definidos os Procedimentos para identificar o Desenvolvimento de Pesquisas por Demanda.</p>
4BD48	<p>Ações de desenvolvimento</p> <p>Mecanismos e instrumentos de desenvolvimento regional em fase de implantação; Proposta de política de</p>

	regional e integração nacional (#1708)	desenvolvimento regional e integração nacional e respectivo sistema de informações em elaboração; Programa integrado de desenvolvimento sustentável das mesorregiões Diferenciadas em fase de elaboração; Agência de desenvolvimento do Centro-Oeste criada.
4BD49	Cooperação Técnica para Desenvolvimento da Agricultura irrigada nas Áreas de Atuação da CODEVASF (Agricultura Irrigada) (#1712)	Alguns equipamentos a serem empregados na modernização do setor de geoprocessamento foram adquiridos; Foi contratada uma consultoria de curto prazo, na área de informática; As atividades rotineiras de coordenação foram executadas, na medida da demanda e na proporção dos recursos repassados.
4BD50	Apoio ao desenvolvimento do setor agropecuário do Rio Grande do Sul (#1757)	Reafirma-se a conclusão apontada no relatório de progresso 2000/2001 sobre a importância do PCT para o desenvolvimento das ações da Secretaria da Agricultura e Abastecimento – SAA e do Gabinete da Reforma Agrária – GRA. Programas prioritários do Governo Estadual para o Setor Rural contam com suporte técnico de qualidade alocado através do PCT, tanto em recursos humanos como em equipamentos. Existe consenso de que sem o Projeto programas prioritários como a reforma agrária, o apoio ao desenvolvimento da agroindústria familiar, o seguro agrícola, o “projeto agregar” de apoio às cadeias produtivas e o programa da segurança alimentar, dificilmente teriam possibilidades de deslanchar. Ao lado dessa contribuição já dada, está prevista a dinamização dos programas de reflorestamento, de controle da qualidade dos produtos de origem animal e vegetal e dos insumos agrícolas. Ademais, o Projeto deverá permitir o início, no próximo semestre, de ações nos campos da capacitação de recursos humano da SAA e do GRA e da implementação de sistema de monitoramento e avaliação das atividades realizadas, podendo-se, como consequência, conhecer melhor os seus impactos e efeitos.
4BD51	Gestão do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (#1793)	Sistema de Monitoramento e Avaliação do PRONAF, segundo suas linhas de ação em desenvolvimento.
4BD53	Apoio ao Banco do Nordeste do Brasil para consolidar a estratégia de desenvolvimento	Durante os meses de janeiro a junho/2002 d execução do projeto, foram utilizados 8,5% dos recursos e atingido 25% dos objetivos técnicos do PCT, salientando-se que amplitude entre os dois percentuais ocorreram em função

	econômico local no Nordeste do Brasil (#1863)	da existência de outras fontes de recursos (BID, Banco do Nordeste e Ministério da Integração) para os mesmos objetivos. Contribui também para este baixo desempenho financeiro à suspensão temporária do início do projeto parcerias empreendedoras. Prevê-se para o 2º semestre de 2002 uma atuação mais intensa.
4BD54	Implementação do Projeto Dom Helder Câmara (#1910)	<p>As atividades propostas na "Ação de Conjuntura" foram todas desenvolvidas, ficando para ser concluído apenas o item referente à constituição dos comitês.</p> <p>Definição das Bases Técnicas para implementação do Projeto: Elaboração e Aprovação de Manuais e Planos de Trabalho; Constituição das Unidades de Supervisão Local; Contratação de equipe, aquisição de veículos, definição e locação de espaço físico; Constituição dos Comitês Locais e Estaduais; Elaboração de Termos de Cooperação com Estados e outras Instituições; Parcerias de Execução Direta do PDHC – Contatos e discussão com organizações da sociedade civil; Parâmetros Técnicos e Metodológicos de Operacionalização e de Gestão; Elaboração de Planos de Ação, Projetos, Contratos, Planos de Referência para contratação; Definição e Implantação do novo sistema de Comunicação e Informatização; Elaboração de Banco de Dados a ser disponibilizado na home-page; Auditoria Externa e Sistemas de Controle; Capacitação em Gênero e Desenvolvimento Humano; Articulações com Organizações Parceiras; Realização de Estudos; Elaboração de Termos de Referência para ação de formação dos agentes de Desenvolvimento Humano; Programa de Meio Ambiente – Elaboração de Documento de estratégia para implantação das ações de Meio Ambiente; Programa de Micro-finanças – Elaboração de Termos de referência para estudos de microfinanças; Fundos de Investimento Comunitário – Elaboração da proposta de regulamento dos Fundos de Investimento Social e Produtivo – FIS E FIP.</p>
4BD55	Gerenciamento integrado dos projetos de irrigação Tabuleiros de Russas e Baixo Acaraú, no Estado do Ceará (#1911)	<p>Para o Projeto Baixo Acaraú antes da existência da Cooperação Técnica o Grupo de Produtores estava em lento processo de capacitação e a estrutura de gerenciamento do Distrito deixava a desejar.</p> <p>Presentemente o Distrito encontra-se em estágio avançado de funcionamento, realizando as etapas de operação e manutenção e procedendo ao recolhimento da tarifa de água (K2). Parte do grupo de produtores já se</p>

		encontra capacitada, e no final do ano passado colheu sua primeira produção coletiva de melão, procedeu a comercialização, inclusive com exportação do produto. A proposta de gerenciamento integrado prevista na Cooperação técnica facilitou sobre maneira o avanço indicado nos itens anteriores.
4BD56	Contrato de prestação de serviços entre a Fundação Luís Eduardo Magalhães e o IICA (Faz Cidadão) (#1924)	120 técnicos da Coordenação Geral do Programa Estadual de desenvolvimento Local – Faz Cidadão e técnicos vinculados a órgãos e entidades do setor público estadual capacitados em metodologia de sensibilização e mobilização da sociedade local para a constituição do Fórum de Desenvolvimento Municipal.
4BD58	Contrato de prestação de serviços entre a Fundação Lyndolpho Silva e o IICA para a implementação do Programa de Promoção de Exportações da Agricultura Familiar (#1928)	Foram contratadas as consultorias necessárias para apoiar a implementação do Programa de Promoção de Exportações da Agricultura Familiar.
4BD59	Implementação do Programa de Agroindústria no Estado da Bahia (#1991)	Programa de Agroindústria para o Estado da Bahia em elaboração.
4BD60	Gestão do Programa de Aperfeiçoamento da Consolidação de Assentamentos (#1993)	Unidade Executora do Programa – UEP e Unidades Técnicas Estaduais – UTE do Programa de Aperfeiçoamento da Consolidação de Assentamentos da Reforma Agrária – PAC estruturadas, implementadas e operantes, conforme estabelecidos no Contrato de Empréstimo 1248 OC-BR entre o Governo Brasileiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.
4BD61	“Apoio à Gestão dos programas das Agências Regionais de Comercialização – ARCO’s e Desenvolvimento rural Sustentável – PDRS. (#2026)	Comitês de gestão de cadeias produtivas nas áreas de atuação das ARCO’s criados e implementados;
4BD62	Implementação do Projeto de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural no	Unidade Técnica estruturada para a gestão de programas e projetos de desenvolvimento rural.

	Estado de Pernambuco (#2098)	
4BD63	Implementação do Projeto de Combate à Pobreza Rural no Estado de Pernambuco – FASE II (#2110)	Unidade Técnica estruturada para a gestão de programas e projetos de desenvolvimento rural.
4BD64	Apoio à Gestão do projeto de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural (#2123)	Unidade Técnica Nacional instalada e em condições de desempenhar suas funções.
4BD65	Apoio à Implementação e Gestão do Programa RS RURAL no Rio Grande do Sul (#2138)	Sistema de gerenciamento financeiro e contábil do Programa e os procedimentos jurídicos da Secretaria Executiva do Programa (SEP), aprimorado.
4BD66	Implementação do Projeto de Combate à Pobreza Rural II no Estado do Ceará (#2139)	Diretoria Técnica da SDR, CMDSS e Órgãos Co-Participantes dotados de Instrumentos Modernos de Gestão Para Gerenciar, Coordenar e Implementar o Projeto São José II de Forma Participativa;
4BD67	Programa de Luta Contra a Desertificação na América do Sul (#2275)	Unidade Técnica sendo estruturada para a gestão do Programa
4BD68	Implementação do Projeto de Combate à Pobreza Rural no Estado do rio Grande do Norte – FASE II (#2283)	Unidade Técnica estruturada para a gestão de programas e projetos de desenvolvimento rural.
4BD69	Implementação do Projeto de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural no Estado do Maranhão (#2285)	Unidade Técnica estruturada para a gestão de programas e projetos de desenvolvimento rural.

X - PUBLICAÇÕES

Buarque, Sérgio C. ; 2002. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Construindo o desenvolvimento local sustentável: Metodologia de planejamento. 180 p.

Miranda, Carlos; Matos, Aureliano. 2002, Brasília, DF, Brasil: Desenvolvimento local sustentável no Brasil: A Experiência do IICA. 53 p.

IICA – 60 Anos. Boletim do Agronegócio e do desenvolvimento Rural
Instituições Parceiras: CNA/CONAB/EMBRAPA/IPEA
(1942-2002), Editado: Brasília, 2002, 78 Páginas

Maranhão. Desenvolvimento rural e agricultura família: Documento Síntese do Seminário Internacional, Editado: São Luís – Maranhão, 2002, 49 Páginas

